



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682532 - SP (2021/0233556-0)

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GIOVANI GONCALVES DE SOUZA (PRESO)  
**PACIENTE** : CAIQUE ROBERTO DA SILVA DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : JENNIFER APARECIDA ORSALINO MACHADO  
**CORRÉU** : JENNIFER DE ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : EVANDRO PEREIRA DA FONSECA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANI GONCALVES DE SOUZA e CAIQUE ROBERTO DA SILVA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n.º 2110934-59.2021.8.26.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante em 11 de maio de 2021, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n.º 11.343/06, na forma do artigo 69 do Código Penal. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que haveria flagrante ilegalidade na manutenção da custódia dos pacientes, pois o decreto preventivo seria genérico e baseado em provas ilícitas.

Aponta nulidade no flagrante, afirmando que não havia fundadas razões para ingresso na residência, tampouco indícios de consentimento válido dos moradores.

Alega que os pacientes são primários, que possuem bons antecedentes, que não integram associação criminosa, nem se dedicam ao tráfico de forma habitual.

Aduz que não estariam preenchidos os requisitos para decretação da prisão preventiva, devendo ser substituída por medidas cautelares diversas.

Cita a situação da pandemia de covid-19 e os riscos de contágio no cárcere.

Requer, liminarmente, que os pacientes possam responder ao processo em liberdade.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja relaxada a prisão dos pacientes ou, ao menos, deferida a liberdade provisória, com ou sem aplicação

de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que (e-STJ fl. 96):

*"Cumpre anotar, ainda, haver prova da materialidade da infração e indícios suficientes de autoria por parte dos pacientes, surpreendidos na posse de total de oitocentos e vinte e cinco porções de "crack", pesando 480,93g, seiscentas, de cocaína, pesando 591,86g, e cento e trinta e cinco, de maconha, pesando 612g (fls. 51/55), sendo boa parte dessa droga encontrada na posse do paciente Giovani e o restante no interior da residência da paciente Jennifer de Albuquerque do Nascimento, onde também foram surpreendidos os pacientes Caique e Jennifer Aparecida e também o autuado Evandro, o que indica, ao menos em princípio, o envolvimento deles com a criminalidade relativa ao comércio ilícito de drogas, a bem evidenciar a conduta altamente censurável e a periculosidade dos agentes. Essas circunstâncias revelam ser de fato imprescindível a manutenção da prisão cautelar para garantir a ordem pública, acautelando-se o meio social, a fim de cessar essa perniciosa atividade criminosa."*

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência